

Cidadania negra e protagonismo: *a subjetividade afrodescendente a partir do projeto EDUCAFRO*

Victória Maria de Freitas Nunes ¹ 
Universidade Estadual da Paraíba

Nilza Alessandra Cardoso Pereira ² 
Universidade Estadual da Paraíba


Cristina Miyuki Hashizume ³ 
Universidade Estadual da Paraíba


Resumo: Neste trabalho problematizamos a formação da subjetividade afrodescendente a partir de pesquisa feita com coordenadores da ONG EDUCAFRO, reconhecida por sua efetividade em ações afirmativas. As análises foram referenciadas partindo das discussões de Franz Fanon. Objetivamos, especificamente, analisar a partir da obra de Fanon (2008), a formação da subjetividade afrodescendente a partir de relatos de coordenadores de três projetos da ONG EDUCAFRO, organização educacional comunitária. A partir da análise, apresentamos, numa perspectiva pós-colonial, três categorias temáticas agrupadas por núcleo semânticos, são elas: i) racismo estrutural e impactos na subjetividade intra e intersíquica nas instituições; ii) resistência inter e intrasubjetivas: movimento emancipatório e decolonização e AfroCidadania; e iii) subjetividade: aspectos contextuais. Tais categorias permitem uma retomada da discussão de colonialidade para Franz Fanon, especificamente voltada a demandas psíquicas de jovens que vivem na cidade de São Paulo.


Palavras-chave: Racismo; Colonialidade; Subjetividade; Franz Fanon; Saúde Mental.

Black citizenship and protagonism: Afro-descendant subjectivity from the EDUCAFRO project

Abstract: *In this paper, we problematize the formation of Afro-descendant subjectivity based on research carried out with coordinators of the NGO EDUCAFRO, recognized for its effectiveness in affirmative action. The analysis was based on discussions by Franz Fanon. Specifically, we aimed to analyze, based on Fanon's (2008) work, the formation of Afro-descendant subjectivity based on the reports of the coordinators of three projects of the NGO EDUCAFRO, a community educational organization. Based on the analysis, we present, from a post-colonial perspective, three thematic categories grouped by semantic nucleus: i) structural racism and impacts on intra- and inter-psychic subjectivity in institutions; ii) inter- and intrasubjective resistance: emancipatory movement and decolonization and AfroCitizenship;*

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Pós-Graduada em Neuropsicologia. Mestranda em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba.  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6574-1860>, e-mail: victoriafreitas.vfn@gmail.com

² Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do grupo de Pesquisa: Educação, Saúde e Direitos Humanos (UMESP-CNPq). Membro-associada da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3299-0702>, e-mail: alessandracardosopsi@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Coordenadora do Grupo de pesquisa Educação, Saúde e Direitos Humanos (CNPq). Professora do Programa de Pós Graduação em Formação de Professores - UEPB  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9772-2672>, e-mail: cristina.mhashizume@gmail.com

and iii) *subjectivity: contextual aspects*. These categories allow us to revisit Franz Fanon's discussion of coloniality, specifically in relation to the psychic demands of young people living in the city of São Paulo.

Keywords: Racism; Coloniality; Subjectivity; Franz Fanon; Mental Health.

Ciudadanía negra y protagonismo: la subjetividad afrodescendiente desde el proyecto EDUCAFRO

Resumen: En este trabajo problematizamos la formación de la subjetividad afrodescendiente a partir de una investigación realizada con coordinadores de la ONG EDUCAFRO, reconocida por su eficacia en acciones afirmativas. Los análisis se basaron en discusiones de Franz Fanon. Específicamente, nos propusimos analizar, a partir de la obra de Fanon (2008), la formación de la subjetividad afrodescendiente a partir de los relatos de los coordinadores de tres proyectos de la ONG EDUCAFRO, organización educativa comunitaria. A partir del análisis, presentamos, desde una perspectiva poscolonial, tres categorías temáticas agrupadas por núcleo semántico: i) racismo estructural e impactos en la subjetividad intra e intersíquica en las instituciones; ii) resistencia inter e intrasubjetiva: movimiento emancipatorio y descolonización y afrociudadanía; y iii) subjetividad: aspectos contextuales. Estas categorías nos permiten retomar la discusión de Franz Fanon sobre la colonialidad, específicamente en relación con las demandas psíquicas de los jóvenes que viven en la ciudad de São Paulo.

Palabras-clave: Racismo; Colonialidad; Subjetividad; Franz Fanon; Salud mental.

1 INTRODUÇÃO

“É uma história que se passa na penumbra, e é preciso que o sol transumante que trago comigo clareie os mínimos recantos” (FANON, 2008, p.43)

Historicamente, o Brasil se constituiu como um estado-nação ancorado no trabalho escravo da população indígena e da população negra africana (MOCELIN, GROSSI, 2020). A implantação da escravidão ocultou e transfigurou a história africana. A identidade negra foi engendrada em meio a padrões eurocêntricos, que ocasionavam prejuízos à percepção essencialista dos negros e de sua própria cultura, com base na exploração colonial bem como na participação social de forma desigual após a abolição da escravatura (DOURADO, ARAÚJO, 2020).

No início do século XX, após o período abolicionista, a população negra sofreu por não ter oportunidade de inserção na sociedade, haja vista todo o processo excludente pelo qual essa parcela da população foi submetida. Isso porque, foi instaurado um projeto político eugenista que teve como objetivo o branqueamento da população. Para isso, nos meios de comunicação, a cultura da população negra foi, habitualmente, representada de forma negativa (ASSIS, FARIAS, 2021).

Com isso, o contexto histórico do país foi construído pela violação dos povos nativos e da própria terra, transpassando um sentimento de inferioridade ao relacionar todos os aspectos que compõem a cultura nativa como negativos e o colonizado foi modelado para que a sua desvalorização fosse naturalizada (DOURADO, ARAÚJO, 2020).

Assim como demonstram estudos históricos, a população miscigenada brasileira sempre esteve às margens da cidadania e da participação mais efetiva em relação aos problemas da cidade, tendo sido aliados da vida política nas diferentes instâncias (CARVALHO, 1989; 1992), o que se atualizou para a situação dos negros ao longo da história após a abolição, em estudos que retratam as tentativas de apagamento social e cultural da negritude (CRP-PR, 2016, p. 35).

Logo, o objetivo do presente trabalho é analisar, a partir da obra de Frantz Fanon, a formação da subjetividade afrodescendente a partir de relatos de coordenadores de três

projetos da Organização Não Governamental (ONG) EDUCAFRO, organização educacional comunitária. Também objetivamos, especificamente: compreender, a partir de três projetos da ONG, os principais desafios em relação à formação subjetiva do jovem afrodescendente no cenário atual brasileiro e analisar aspectos subjetivos provocados pela perspectiva colonialista, no que tange à garantia de condições psicologicamente saudáveis na formação e atuação de pessoas descendentes de povos originários.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório cuja amostra foi composta por coordenadores de três projetos da EDUCAFRO. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, realizadas no mês de maio de 2021, cada uma com duração de, aproximadamente, 2 horas, realizadas através de plataformas virtuais de reuniões, que foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente.

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), resguardando-se questões éticas das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos pela resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. As transcrições e análise se desenvolveram em três etapas: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira etapa, todos os dados coletados foram reunidos através da reprodução das gravações, a transcrição do conteúdo e, posteriormente, a leitura exaustiva e organização dos relatos. A segunda etapa compreendeu o processo de exploração do material. Nessa etapa foi realizada a categorização dos temas em que os depoimentos foram recortados em unidades de registro e confrontados com a literatura.

Por fim, na última etapa, foram trabalhados os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado e, com isso, emergiram três categorias temáticas, são elas: *i) racismo estrutural e impactos na subjetividade intra e intersubjetiva nas instituições; ii) resistência inter e intrasubjetivas: movimento emancipatório e decolonização e AfroCidadania; e iii) subjetividade:*

aspectos contextuais, políticas públicas e papel institucional na afrocidadania, que serão retomadas na próxima seção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise dos depoimentos foram construídas três categorias a partir de núcleos semânticos, quais sejam: *Racismo estrutural e impactos na subjetividade intra e intersubjetiva nas instituições; Resistência inter e intrasubjetivas: movimento emancipatório e decolonização e AfroCidadania; e Subjetividade: aspectos contextuais, políticas públicas e papel institucional na afrocidadania.*

A primeira categoria, o *Racismo estrutural e impactos na subjetividade intra e intersubjetiva*, refere-se ao processo de colonização brasileiro na dimensão estrutural, institucional e na construção social, que, por sua vez, promove segregação, discriminação e preconceito racial. Além disso, vê-se a construção nas subjetividades negras, representações que estão atreladas com a sua existência. Dessa forma, aliena-se o corpo e a mente, tornando-se colonizadas.

É importante pontuar as interferências na construção do ser negro, isto é, a construção das subjetividades negras. Sujeitou o negro ao paradoxo existencial entre a negação da sua racionalidade e a subalternização do seu não-ser ao ser do branco (VITORIO, 2020). Percebemos que frente ao tratamento colonial entre brancos e outros povos (dentre os quais se incluem os afrodescendentes), há produção de sentimento de inferioridade, alienação e as afetações na subjetividade das interseccionalidades (gênero, classe social, outras questões étnico raciais), aspectos discutidos por Fanon (2008). Isso pode ser notado nas falas dos coordenadores dos projetos da EDUCAFRO durante a pesquisa.

Alguns excertos de falas merecem ser ressaltados: “o racismo estrutural e institucional está na sociedade e acabam moldando as pessoas no seu jeito de pensar, falar e agir”; “você tem que lutar contra um sistema que está armado contra a população preta”. Tais excertos explicitam modos de compreensão do mundo a partir do que foi teorizado por Fanon e já apresentado por nós. Por exemplo, quando o autor recupera que uma das principais características de uma sociedade pós-colonial é o racismo - um sistema hierárquico que compreende a humanidade em uma divisão entre superiores e inferiores (COSTA, 2016), ao mesmo tempo em que se torna um elemento visível, estrutural e cultural (FANON, 1980).

Bem como que “uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas”, logo, não há meio termo, é, como foi apontado pelos entrevistados, um sistema armado contra a população preta.

Para Fanon (2008, p. 90) “é o racista que cria o inferiorizado”, ressaltando o autor o papel estrutural de uma visão colonizadora que subjuga os demais em nome de uma suposta superioridade (genética, racial, cultural e histórica). Esse sentimento é explicitado nas falas dos coordenadores ouvidos, principalmente, quando destacam que diante de oportunidades no ingresso em uma instituição de ensino superior, se veem em meio a afirmações próprias ou de familiares como “isso não é para mim”.

Segundo os entrevistados, comumente, esses episódios ocorrem com pessoas em que seus familiares não tiveram oportunidade de estudar. Nisto, eles destacam que é necessário trabalhar os assuntos que abordam no que intitulam como prova de cidadania e acolhida com os familiares para que a ação se efetive. Logo, pode-se inferir que há um sentimento de inferioridade, uma exacerbação afetiva em se sentir pequeno, bem como uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável (FANON, 2008). Assim, o negro é escravo de sua inferioridade e o branco escravo de sua superioridade (FANON, 2008). Pois, se “isso não é para mim” (negro) é para quem? O espaço das instituições de ensino superior deverá ser ocupado por quem?

O racismo estrutural apresenta-se em passagens dos depoimentos referentes às ações da EDUCAFRO. Um exemplo de passagem é evidenciado quando um jovem, atendido pelos projetos da ONG, experienciou a estrutura rígida e excludente durante a formação na educação básica; isto é, devido a sua constituição subjetiva de pessoa negra o espaço institucional educacional ocupado por ele, segundo os familiares, seria indevido para ele. Conforme Fanon (1968), a criança preta aprende sobre a sua inadequação em relação ao padrão de família que lhe é apresentado nos espaços formais e institucionais onde estuda.

Os indicadores das entrevistas mostram o discurso do embranquecimento como estratégia de proteção e garantia de maior respeito na sociedade em geral. Tal lógica aparece no discurso das famílias dos jovens assistidos e em comentários percebidos pelos coordenadores, no sentido de se perceber como inadequado no espaço do ensino superior e, portanto, não buscando ocupá-los.

Frente a tais práticas de apagamento e não reconhecimento do negro e do mais pobre como subjetividade diferente da branca, tal subjetividade se forma à parte das instituições formais, legais e sociais. Nesse sentido, informações importantes, que poderiam facilitar o acesso desses jovens às oportunidades em geral, e em específico, em relação ao ensino superior, são desconhecidas, fazendo com que jovens passem toda a vida escolar numa condição subjetiva e de formação social que desvaloriza sua importância como negro.

Esta condição corrobora o que Fanon (2008) compreende como uma percepção tardia de proposições hierarquizadas do mundo que, antes, tinha absorvido como suas. Só então a partir dessa percepção é que o negro inicia a sua verdadeira aprendizagem. Compreendemos que as diferentes aprendizagens, formais e não formais que a ONG propicia aos jovens que atende são necessárias para a essa retomada da consciência e construção da chamada “afrocidadania”. Porém, é perceptível pelos relatos, que grande parte dos jovens negros e sem recursos se dedicam, concomitantemente a esse novo aprendizado, ao trabalho e à sobrevivência, sem que questões existenciais e mais de ordem representacional sejam refletidas a contento.

Nesse sentido, entendemos que a bibliografia por nós utilizada no presente trabalho permite um aprofundamento sobre a compreensão de como se constitui tal subjetividade, respeitando outras formas de ser no mundo para além do modo hegemônico já estabelecido.

No que tange à saúde mental desses jovens atendidos, sensações como desmotivação e desânimo são perceptíveis nos projetos realizados pela ONG, principalmente quando de suas candidaturas às vagas disponíveis de bolsas em instituições de ensino superior. A ONG atua na ampliação do número de vagas disponíveis para que a discriminação positiva ocorra de modo a dirimir a ausência de “ação subjetiva do preto”, além de uma crença de valorização e reconhecimento sempre pelo outro (branco) (FANON, 2008).

A família, instituição co-formadora da subjetividade do jovem negro, numa sociedade de parâmetros brancos, acaba por ratificar o status quo, mantendo-se conservadoramente uma divisão já instituída social e culturalmente, talvez num movimento de poupar o jovem de situações questionadoras que, apesar de trabalhosas, podem torná-lo protagonista de sua própria história. Candau (2006) já afirmava que educar para os Direitos Humanos se alicerça em pressupostos necessários para diminuir violações cotidianas, são eles: estimular que

professores e seus alunos sejam capazes de reconhecer assimetrias de poder que permeiam as relações sociais em geral, estabelecendo posicionamentos sobre as lógicas de naturalização das violações de Direitos Humanos, além de propor estratégias que permitam dar voz aos grupos aliados de participação social democrática. Ainda: ressalta a importância da formação de sujeitos de direito, que implica em desenvolver a percepção de que o direito, mesmo que assegurado pelo Estado, necessita de muitas outras ações de luta para que se restitua a humanidade violada.

Nesse sentido, a ONG EDUCAFRO ocupa um importante espaço pois, como ONG reconhecidamente atuante na Grande São Paulo e adjacências, forma os movimentos sociais, grupos de defesa dos Direitos Humanos, entre outros coletivos que problematizam o racismo estrutural e seus malefícios para a formação subjetiva do jovem negro.

Candau *et al.* (2013) propõem uma compreensão de sujeito de direitos implicada a quatro movimentos: (i) saber/conhecer os direitos; (ii) desenvolver uma autoestima positiva; (iii) desenvolver uma capacidade argumentativa; (iv) promover uma cidadania ativa e participante. Tais movimentos não se constroem de forma simples, mas sim, na lida diária com situações que precisam ser refletidas *ex-post facto*, sem o calor do momento, em sequência de uma reflexão mais contundente, de médio prazo, em que se considere a formação humana em seus mais diferentes aspectos.

Conforme já discutido anteriormente, o racismo e todas as práticas de violência étnica atuam diretamente em ataque à dignidade humana: nesse sentido, é preocupante reconhecer o desenvolvimento humano sendo baseado em situações de violência, desrespeito e hierarquização de culturas já instituídas como superiores às demais.

A dificuldade encontrada pelo jovem negro para exercer sua subjetividade empoderada soma-se a uma sensação recorrente de ter que provar seu mérito “muito mais do que o branco”, devendo para isso explicitar sua capacidade ou eficiência em todas as atividades que desempenha com vistas a ser seja reconhecido socialmente (depoimento coordenador EDUCAFRO).

Conforme Fanon (2008) interpretações de autores europeus psicanalistas sobre traumas, núcleo familiar, neuroses e paranoias, que se referem a uma realidade datada e contextualizada na sociedade branca-ocidental, imperam como explicações válidas e

“oficiais” mesmo em países cuja cultura predominante seja afrodescendente. Tal movimento cria uma contradição descabida tendo em vista o negro se confundir com o discurso do “colonizador”, adotando-o como se se referisse a si próprio, de forma nem sempre consciente.

Ainda sobre esse aspecto, percebemos também explicações anacrônicas e descontextualizadas em regiões como, por exemplo, as Antilhas Francesas (FANON, 2008). Em que pese o fato de 97% das famílias antilhanas serem incapazes de produzir a “neurose edipiana”, estudiosos da saúde mental do país insistiam em introjetar para si um falso pertencimento em relação a uma cultura branca, num explícito descompasso.

Tal processo, nem sempre consciente, processa-se de modo a naturalizar um discurso desde a infância, de modo a produzir negros que se veem como colonizadores ou colonos. Tal visão ideologizada é engendrada a partir do modo de produção capitalista, que reverbera o discurso da meritocracia como garantidor de oportunidades “justas” a quaisquer raças ou etnias, dissolvendo qualquer possibilidade de análise mais crítica acerca do racismo estrutural e as desigualdades decorrentes dele.

Considerando-se esses aspectos psíquicos envolvidos no racismo, o papel da EDUCAFRO se torna ainda mais importante por atuar na formação (geral, mas também subjetiva) desses jovens, atuando em aspectos já elencados anteriormente por Candau (2008). Os relatos de violação de direitos ilustram, em que pese explicações controversas sobre o racismo ser natural ou inato, que tais práticas de violência são aprendidas nas diferentes instâncias institucionais da sociedade, que lançam mão de vários recursos, como numa teia de práticas e discursos que ratificam a exclusão racial e social.

Ainda que saibamos que a entrada nas universidades privadas em ampla concorrência pelas cotas nas universidades públicas se refere ao momento final de formação do indivíduo, também é o “topo” da carreira acadêmica e por isso as políticas públicas justificam esse momento como importante para se debater a multiculturalidade e as práticas de exclusão. Mesmo com tantos avanços em termos de políticas públicas do ensino superior, ainda percebemos haver impasses nas estruturas institucionais, que se mostram insuficientes para lidarem com a diversidade cultural, histórica e social para além da hegemonia cultural branca.

Nesse aspecto, vale a pena discutirmos a dimensão intersíquica dos impactos do racismo estrutural nas relações entre o jovem negro em processo de socialização e a sociedade. Vygostky (1991; 1995) trabalha o conceito de intersíquico como a relação entre o indivíduo e outra(s) pessoa(s) mediada pela interação social. Nesse sentido, entendemos que o racismo estrutural interfere não apenas no âmbito íntimo interno do sujeito, mas, e principalmente na sua compreensão de si e do outro sobre seu pertencimento em relação ao grupo social e instituições dos quais faz parte. Toda a sua relação/ interação social passa a ser embasada em parâmetros da relação com grupos e outras pessoas, sendo, portanto, importante que essa relação se constitua como um aprendizado de modos respeitosos e autônomos sobre si, sobre a cultura da qual faz parte, a partir de um olhar que valorize a diferença e outros modos de ser para além do que é reconhecido como o tradicional e superior.

As funções psicológicas superiores (memória lógica, atenção voluntária, formação de conceitos) são compreendidas pelo autor como decorrentes das relações externas entre indivíduos, as quais foram internalizadas para o âmbito intrapsicológico. Nesse processo de internalização não há simples transposição intersíquica para a esfera intrapsíquica, mas sim, um complexo engendramento que processa o que ocorre ao longo da história do indivíduo, numa sucessão de eventos, permeada por aspectos cognitivos, motores e afetivos.

Nesse sentido, faz-se mister refletirmos sobre a formação que nossa cultura dá a esses jovens, que, na fase adulta, se veem tolhidos de se beneficiar das “famosas oportunidades” que o capitalismo lhes oferece. Desconstruir tal cenário é imprescindível para que o negro consiga desenvolver para si uma nova percepção, agora, aceitando-se como membro de uma cultura diferente da que se instituiu historicamente como hegemônica e verdadeira.

O processo de formação que a EDUCAFRO possibilita aos jovens essa “autopercepção” do adulto negro, egresso de uma formação que o excluiu como agente cultural e histórico da história do país. O caráter formativo que a ONG inicia precisa lidar também com um outro grande desafio. Após se formarem, ainda precisam lidar com o racismo do mercado, que acaba por dificultar a entrada desses jovens em vagas de posição mais elevada, demanda essa também trabalhada em um projeto da ONG, denominado “Formação de líderes negros”.

A categoria “resistência inter e intrasubjetivas: movimento emancipatório e decolonização” refere-se à resistência tanto individual como coletiva no sentido da construção de uma subjetividade que efetivamente respeite as especificidades da cultura e história africana. Entendemos que, dependendo de como essa questão é engendrada psiquicamente no desenvolvimento do jovem, sua subjetividade pode ser marcada por um modo de existência mais ou menos emancipatório; mais ou menos colonizado. Para iniciar essa discussão, traremos o excerto da fala de um coordenador entrevistado: “*Chamamos de vitória coletiva quando várias pessoas lutam por um mesmo resultado e quando o mesmo é conquistado, não beneficia só aqueles que lutam por ele, o resultado beneficia toda uma comunidade*”.

Tal excerto do entrevistado explicita o que Fanon (2008) chama de “guerra da libertação”, movimento necessário com vistas a golpear decisivamente a fé dos dirigentes, ou seja, daqueles que mantêm o poder de decidir como devem funcionar as instituições sociais (FANON, 1968, p. 111). Na referida obra, Fanon (1968) propõe que a subversão pode reverter a situação de colonização a que os negros se encontram nos diferentes países em que se institui um modo político que hierarquiza raças e culturas, sempre a favor do colonizador. Na visão do autor, para o preto, o mito deve ser enfrentado, já que está enraizado na constituição subjetiva do indivíduo.

Destaca-se que esse processo formativo da constituição subjetiva se apresenta como um desafio na ONG estudada. Foi possível notar nos projetos da ONG o enfrentamento de tal mito. De modo que, ora desmotiva os jovens, ora ameaça a continuidade da formação deste. Nesse sentido, torna-se fulcral o enfrentamento de tal mito a fim de corrigir e beneficiar de forma coletiva.

A formação dos jovens se constitui como o controle social necessário para a vigilância de práticas nas instituições em geral. Portanto, podemos afirmar que tais escolhas, que priorizam certas culturas e etnias, em detrimento de outras, faz parte de um projeto político de sociedade e de mentalidade que autoriza apenas algumas culturas a exercer o seu protagonismo. Nas palavras de Fanon (1969), frente à negação global da diversidade cultural e história, é necessário um movimento, a “guerra da Libertação” para se instituir uma reação à doutrina que nega a riqueza de outras culturas para além da eurocêntrica, branca e higienista. Tal formação deve desconstruir a representação equivocada e mantenedora do status quo

branco em que, ao mesmo tempo, reforça que o negro é um grupo sem cultura e deve ser exterminado.

Coadunam-se a esse debate um olhar sobre o Multiculturalismo e a Multiculturalidade, no sentido de se defender não haver hierarquia entre as diferentes culturas existentes, ao mesmo tempo em que se reforça a importância do respeito às diferenças identitárias. Em que pese todo esse cenário, para a cultura autóctone ainda cabe a resistência e a possibilidade de luta para reafirmação da valorização de si e de sua coletividade.

No Brasil, desde a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Lei 12.711, de 2012, apesar de encontrar obstáculos no entendimento de alguns governantes, trouxe avanços no que diz respeito à formação de profissionais negros em diferentes áreas: Medicina, Enfermagem, Direito, Engenharia, cenário antes não existente (STF/LEVANDOWSKI, 2012).

Essa determinação oficializa, na prática, ações afirmativas com vistas a ampliar a consciência de si e dos outros, e ao mesmo tempo, atuar sobre as estruturas sociais e, também, sobre conflitos subjetivos (VITORIO, 2020), no que Fanon (2008) defendia como uma nova possibilidade de existência.

Situações cotidianas relatadas nas entrevistas, como piadas e comentários depreciativos em relação à etnia e raça podem ser problematizados dentro de um cenário de discriminação mais amplo, por exemplo: quando o situamos em relação à História de colonização do Brasil, o que aparentemente parece ser uma piada, tem um peso maior em termos de responsabilidade do agente da violação. Em que pese o fato de ainda nos depararmos com grandes cenas de racismo e violação de direitos, hoje, a legislação brasileira já reconhece o racismo como crime inafiançável.

Tais avanços ao longo das últimas décadas no Brasil, em relação ao tema, tem mudado o cenário em que a ONG atua há 30 anos, que nos explicita avanços, mas ainda aponta desafios, como, por exemplo, a permanência e ampliação do pouco que foi conquistado após décadas de reconhecimento social além de ações político-afirmativas contra o racismo. As ações afirmativas, assim como outras políticas públicas tiveram um papel de vanguarda para a equalização da justiça racial e social, o que torna ainda mais

importante a resistência como possibilidade de manutenção do que já foi conquistado, além de abarcar maior representatividade dos que conseguiram seu lugar social.

A ONG EDUCAFRO se constitui a partir da história de conquistas de direitos étnico raciais ao longo da década de 90, quando o Brasil amplia seu conceito de cidadania, com o aumento da participação de novos atores sociais nos processos decisórios. O conceito de responsabilidade social possibilita novas formas de exercê-la, contando com a emergência de movimentos sociais que lutam pelo direito à igualdade e ao reconhecimento de diferenças específicas, redefinindo, assim, o conceito de cidadania. A formação cidadã decorre de necessidades cotidianas como violações, exclusão, falta de acesso a espaços e instituições diversas, como que numa proposta de cidadania ampliada.

Na formação em Direitos Humanos, falamos de atuação em, pelo menos, três frentes: a necessidade da consciência do direito à justiça social, o conhecimento sobre argumentos objetivos em relação a tais direitos e que tal formação se dê de forma contínua, transversal à formação escolar. Essa formação protagonista é necessária, pois, por mais que o branco ou outros grupos hegemônicos se sensibilizem com o racismo, ainda assim, não terão o poder de fala. Não terão vivenciado a violência sob o ponto de vista do afrodescendente, dando um outro olhar sobre a questão (CANDAUI, 2013).

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência. O pecado é preto como a virtude é branca. Todos estes brancos reunidos, revólver nas mãos, não podem estar errados. Eu sou culpado. Não sei de quê, mas sinto que sou um miserável. O mundo sempre espera algo ruim do preto. (FANON, 2008, p. 125)

A terceira categoria, *AfroCidadania e subjetividade: aspectos contextuais, políticas públicas e papel institucional na formação dos afrodescendentes*, aponta diretamente os engendramentos do contexto social e institucional e os assujeitamentos dos povos afrodescendentes. Nesse contexto, é possível notar, para além dos domínios coloniais, um mecanismo de distribuição de privilégios em sociedades marcadas pela desigualdade, impondo um caráter de inferioridade para dominar e submeter toda uma população (ROCHA, 2015).

A perspectiva do homem branco, imposta sobre subjetividades negras colonizadas, interfere diretamente no acesso destas à sua própria condição de sujeito, bem como na sua representatividade (VITORIO, 2020). Tal aspecto é evidenciado numa ação política relatada

pelos coordenadores da EDUCAFRO em que o entrevistado apontou que “acredita que, por exemplo, uma vez um cara falou assim ‘mas eu também posso participar? porque eu sou negro, LGBT, sou trans.’”. Além disso, acrescentam “por que ele faz essa pergunta? Quando eu não pus nenhuma limitação na oportunidade. Eu falo que ela é aberta a todos, mas ele se questiona quanto de ele poder participar?”.

Esses trechos evidenciam o que certa vez Grosfoguel (2011) afirmou ao destacar que para os negros o desprivilegio racial é vivido de acordo com as dimensões de classe, gênero, sexualidade, cor da pele e nacionalidade. Bem como aponta Fanon (2008), o negro é colocado num sistema de referência que não é o seu, o coloca na condição de não-ser. Essa zona do não-ser se constitui como uma zona heterogênea, em que o privilégio racial é entrecortado por diversos outros eixos de poder, como classe, gênero, religiosidade, idioma, sexualidade e nacionalidade.

Nesse contexto, vê-se as ações operacionais da EDUCAFRO como forma de combate a inferioridade, a aculturação e a alienação, derivado da doutrina da hierarquia cultural. Essa hierarquia corresponde à relação entre o valor normativo das culturas e o modo que há do imperativo das culturas hierarquizadas e a noção de relatividade cultural (FANON, 1980, p.35).

Nesse sentido, impera a dominação e a soberania de uma raça sobre a outra, alienando pelo sistema de referências do colonialismo a subjetividade do negro. Fanon (2008) afirmava que o corpo é o homem e o homem o seu corpo, contudo quando o corpo é negado pelo contexto colonial, torna-se presença negada. Assim, o afrodescendente, imerso numa sociedade colonial, teria a sua subjetividade negada, mediante a atributos biológicos que reforçam os estereótipos raciais.

No que tange à crença de embranquecimento no contexto em que um dos participantes reside, este afirma que na cidade é comum pais e mães afirmarem, “se você é negra, você tem que casar com um cara branco, porque senão seus filhos vão ser tudo *anu*”. Essa comparação dos filhos com o pássaro Anu-preto se deu porque, segundo ele, esse pássaro é o mais preto que existe e “tudo dele é preto, o olho dele é pretinho, o pé dele é preto, o bico é preto, ele não tem nada de branco”. Complementando, afirma que “tem esse

determinado preconceito, você não pode casar com outro preto se não seus filhos vão nascer tudo *amú* e vai sofrer”.

O conceito de Lactiforme foi denominado por Fanon (2008) como uma forma de embranquecer e salvar a raça. No entanto, isso não se deu no sentido de preservação das características e identidade cultural, não foi para preservar “a originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, pelo contrário, esse processo ocorre para assegurar sua brancura.

Tal conceito se exprime de forma evidente na necessidade posta pelos pais de pessoas negras para que só haja um relacionamento se for com uma pessoa branca. Nesse sentido, também se inicia um outro fenômeno denominado por Fanon (2008) como eretismo afetivo - a tentativa de a mulher negra ser admitida no mundo branco.

Desse modo, ocorre o desvio da subjetividade do negro, criado e submetido pela civilização e cultura branca, partindo, assim, para outros sistemas de referências. Socialmente também percebemos que as instituições sociais engendram a invisibilidade da subjetividade do negro. Esse embranquecimento da raça, escrito no corpo e no pensamento, atravessa o recorte temporal e, infelizmente, vê-se, ainda, atravessando as gerações. Fanon tece a existência de uma zona de não-ser, “uma região extraordinariamente estéril e árida” (FANON, 2008), vivenciada pelo negro, imposta pelo colonialismo. Na contemporaneidade, vê-se que o homem de cor passa pelo fenômeno de aculturação e escravização cultural, além disso a ausência da equidade.

Diante do contexto supracitado, a EDUCAFRO utiliza-se do conhecimento como forma de trazer a visibilidade e a apropriação cultural. Um exemplo significativo é a bandeira da educação em que tem como propósito a equidade no ensino superior entre negros e brancos, numa luta pelos direitos, cobrando que o governo efetive o que está prescrito na Constituição Federal. Como afirma o entrevistado, “O que fazemos de fato é combater o racismo estrutural é mexer com grandes poderes, que estão enraizados na questão branquitude”.

Além disso, um dos entrevistados destacou a ausência de políticas públicas que visam garantir a permanência nas universidades, destacando que muitas pessoas abandonam o curso por falta de alimentação e moradia. O mesmo ocorre em instituições privadas, pois,

mesmo com a bolsa de 100% ainda há questões de sustento que os estudantes precisam se preocupar e garantir. Uma vez que os familiares não possuem condições de fornecer alimentação e moradia, muitos estudantes desistem do curso para ingressar no mercado de trabalho, mas com um sentimento de desânimo. “Vai chegando em determinado caso que a pessoa diz assim: ‘Não, eu não consigo mais, eu vou trancar o curso’ e tranca e agora pra voltar? Até que a gente vai lá conversa, dá suporte, mas a pessoa já cai num desânimo, diz assim: ‘Não, agora eu vou trabalhar pra eu poder sobreviver!’”.

Dessa forma, salienta-se a necessidade de políticas públicas para garantir a permanência nas Instituições de Ensino Superior bem como a inserção no mercado de trabalho, como afirmou “Então, o que eu vejo que agora a gente já deu pra gente conseguir alcançar, a gente tem que fazer com que esses jovens que entram eles consigam permanecer até a conclusão de seu curso e a partir disso se traçar uma política para poder inserir esse jovem no mercado”.

Outro ponto importante sobre o afrodescendente e as instituições é o potencial de transformação e quebra de paradigmas que a sua inserção tem no ambiente universitário. Um dos entrevistados afirmou que a luta do movimento negro em si dá força para que o jovem entre na universidade e comece a quebrar os paradigmas, os preconceitos culturais e regionais. O principal instrumento para alcançar esse objetivo é a linguagem, uma vez que a universidade sendo um espaço plural poderá proporcionar não só o convívio, mas o diálogo. Como Fanon (2008) afirmou, entre a língua e a coletividade há uma relação de sustentação, logo, falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate da cidadania negra é fundamental para o protagonismo afirmativo diante dos processos raciais. A partir da presente pesquisa, com os coordenadores da ONG EDUCAFRO e com base nas discussões psicossociais de Franz Fanon, foi possível notar os impactos do racismo estrutural na subjetividade, a resistência inter e intrasubjetivas, os movimentos emancipatórios e a importância da instituição como resgate da AfroCidadania.

A pesquisa fornece subsídios epistemológicos para compreensão da importância do protagonismo dos povos originários num contexto de multiracialidade. Foi possível notar a uma divisão maniqueísta do sujeito negro e branco, diante de um paradoxo de negação da racionalidade e dos mecanismos de dominação e sujeição da perspectiva colonial presentes infelizmente ainda na atualidade. A leitura pós-colonial resgatou os aspectos subjetivos que abrange as representações simbólicas do negro, bem como refletir o papel da psicologia, o seu caráter social e transformacional.

Face à análise da ação institucional da ONG foi possível notar a importância das ações políticas para a efetivação da AfroCidadania. Nesse contexto, o protagonismo torna-se fundamental, desde a sensibilização do racismo, o conhecimento da história, as possibilidades de oportunidades e a efetivação das oportunidades.

Torna-se evidente, portanto, a relevância dessa pesquisa para produção qualificada acadêmica na área de psicologia, educação e decolonialidade, tendo em vista a temática ainda ser invisibilizada e silenciada no cenário acadêmico. Além disso, o artigo contribui para repensar os modos de subjetivação do afrodescendente, bem como a cidadania negra e o protagonismo afirmativo.

Referências

ASSIS, A. S. F.; FARIAS, K. S. C. S. Estudos raciais na educação escolar com enfoque na branquitude brasileira: das margens para o centro. **Conjecturas**, v. 21, n. 4, p. 284–301, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 510**, de 07 de abril, 2016

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras, 1989.

CANDAUI, V. M. *et al.* **Educação em direitos humanos e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ (CRP-PR). **Caderno de psicologia e relações étnico-raciais**: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo. CRP-PR: Curitiba., 2016. 978-85-63012-14-2

COSTA, J. B. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! Civitas - **Revista Ciência Sociais**, v. 16, ed. 3, 2016.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online], v. 36, 2020.

ROCHA, G. S. Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. **Sankofa** (São Paulo), v. 8, n. 15, p. 110-119, 2015.

DOURADO, A. L. F.; ARAÚJO, L. I. L.; MORI, V. D. **Reflexões sobre o que é o “ser preto”**: os desafios e dilemas do reconhecimento de uma identificação racial num país miscigenado. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1969.

FANON, F. **Racismo e cultura**. In: Em defesa da revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 103-120, 2016.

FERREIRA, R. L.; SOUSA, F. S. “E se fosse ao contrário?” Djonga e Fanon: um diálogo sobre racismo e alienação. **Revista Trilhas da História**, v. 10, n. 19, p. 51-67, 2020.

GROSGOUEL, R. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la vision descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: **Formas-Otras**: saber, nombrar, narrar, hacer. Barcelona: CIDOB Edicions, 2011. p. 97-108.

LEWANDOWSKI, R. **Íntegra do voto do ministro Ricardo Lewandoski na ADPF sobre cotas**. Brasília, DF: STF, 2012.

MOCELIN, C. E.; GROSSI, P. K. Protagonismo negro, educação antirracismo e os quilombolas urbanos como “outros sujeitos”: uma problematização necessária. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.

SALVADOR, A. C. O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas—a experiência da educação superior brasileira. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 45, 2020.

VIGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e Pedagogia I**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

VIGOTSKY, L. S. Obras escogidas. Tomo I. **Madrid**: Aprendizaje Visor, v.3, p.11-340, 1995.

VITORIO, R. B. S. Raça, corpo e existência: uma leitura pós-colonial em Fanon. **Revista de Filosofia**, Salvador, v.1, n.2, 2020.

Recebido em: 20 de outubro de 2023.

Aceito em: 3 de novembro de 2023.

Publicado online em: 17 de novembro de 2023.